



O Judiciário

Edição: n° 006 / outubro 2015



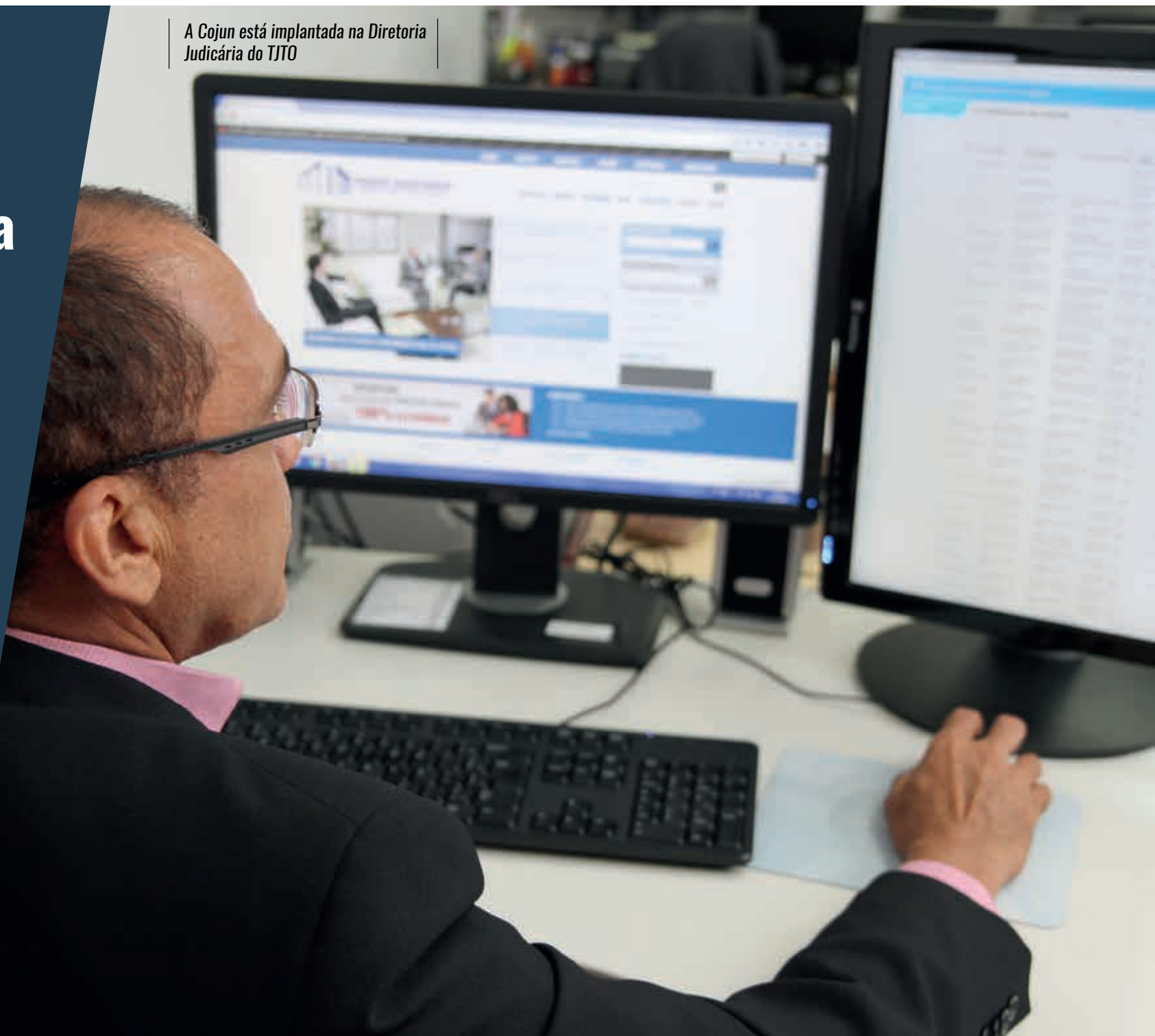
**Vivemos a contradição
entre o muito que se pede ao
Judiciário e os poucos meios
que possui para atuar**

Eduardo Vera-Cruz Pinto
presidente do Instituto de Direito Brasileiro

Judiciário implanta Cojun e passa a distribuir processos de forma igualitária

Criada para transformar a forma de distribuição dos processos que precisam de cálculos judiciais, a Contadoria Judicial Unificada (Cojun) reúne em um departamento virtual no TJTO 34 contadorias de 1ª instância. “O objetivo é que cada contador receba, no mesmo período, o mesmo número de processos”, explica o diretor Judiciário do Tribunal de Justiça, Francisco de Assis Sobrinho, responsável pela Cojun. Saiba como funcionará.

A Cojun está implantada na Diretoria
Judicária do TJTO



Caminhos da Justiça realiza edição exclusiva para servidores e magistrados do 2º grau

Semana da Conciliação no Tocantins terá participação dos Cejusc's de Palmas, Araguaína e Gurupi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ESTADO DO TOCANTINS

IN VERBIS

Ronaldo Eurípedes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

Depois de oito meses de gestão, sinto-me gratificado em constatar que o Poder Judiciário do Tocantins caminha em trilhos certos. Oportuno informar a vocês, leitores deste periódico, que o sentimento de unidade, força e resgate de um protagonismo histórico a que o Poder Judiciário brasileiro fez frente nos momentos importantes da República se repete agora.

Acompanhando a reunião do Conselho de Presidentes realizada no final do mês de outubro, verifiquei que a voz ativa no país, ecoa pela voz do Judiciário, em meio, infelizmente à desordem instalada pela corrupção, pela má versação do erário e pela prática de uma política partidária de interesses outros que não alcança as necessidades de seus legítimos mandatários: o povo.

Como já sabemos, toda ordem de demandas relacionadas à execução de políticas públicas, acabam por desaguar sobre nossos ombros, o que tem exigido do Judiciário contemplar em seus planejamentos, ações que vão além do já penoso trabalho de julgar.

Este momento evidencia o Judiciário como protagonista do pacto federativo, mais do que enfrentar as questões de judicialização que lhe é constitucional, é preciso protagonizar esse momento da vida brasileira, levando para o Judiciário as grandes demandas do país, porque a sociedade acredita nisso.

A realização de mais uma edição do Congresso Internacional de Direitos Humanos no Tribunal de Justiça, confirma o necessário debate crítico sobre o tema e coloca a nossa Escola da Magistratura, tão bem direcionada pelo ilustre desembargador Marco Anthony Villas Boas, no eixo acadêmico-científico com capacidade inquestionável de

promover grandes discussões nesta temática.

Registro ainda a justa homenagem que fez o Congresso ao grande professor Darcy Ribeiro, que outrora, também já chamou as instituições a retomar seus papéis na sociedade, verberando que “as instituições tradicionais estão perdendo todo seu poder de controle e de doutrina para um sistema de comunicação de massa, que impõem padrões de consumo inatingíveis e desejos inalcançáveis, fazendo com que as populações aprofundem na marginalidade.”

Palestrou na abertura do Congresso, o Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, presidente do Instituto de Direito Brasileiro, e nesta edição, ele fala na coluna Oitiva, e como o tema impacta no Judiciário.

Consolidando nosso diálogo com magistrados e servidores pelos Caminhos da Justiça, realizamos a reunião no Tribunal de Justiça, mostrando o trabalho nas comarcas, ao mesmo tempo em que conclamamos quem atua no 2º grau para tomar seu assento e compreender esse tempo de resgate para sermos o melhor judiciário do Brasil.

Nesta edição, temos a grata satisfação em noticiar o funcionamento da Cojun, a Contadoria Judicial Unificada, criada pela Resolução N° 32/2015, aprovada pelo Tribunal Pleno na sessão de 1º de outubro.

Eliminamos desigualdades. Ganharemos celeridade.

O desafio é atingirmos a velocidade de cruzeiro, pois temos tripulação qualificada e um boeing que pode nos levar ao destino: sermos o melhor Judiciário do Brasil. O tempo é bom. E a área de instabilidade é passageira.

OITIVA

Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Eduardo Vera-Cruz Pinto exerceu nesta universidade o cargo de diretor da Faculdade de Direito, onde é professor catedrático. É membro do Conselho Superior da Magistratura (portuguesa), membro da Information Systems Governance European – Portugal e presidente do Instituto de Direito Brasileiro (IDB). No TJTO para proferir a conferência “Os desafios dos Direitos Humanos no Século XXI”, que abriu o IV Congresso de Direitos Humanos, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) ele conversou com O Judiciário sobre o tema.

Quais são os desafios dos direitos humanos na atualidade?

Esta atualidade nunca colocou tantos desafios aos direitos humanos. Nós estamos assistindo a um mundo que fala muito em direitos e tem muita pouca vontade de cumpri-los. Aliás, quanto mais fala, pior é a intenção. Nós temos uma frente atual de fragilidade dos direitos humanos com os refugiados a chegar a Europa. A Europa não estava preparada para receber o número de refugiados que estão a chegar e nisto a Europa tem mostrado uma fragilidade imensa nas suas instituições. E há o problema dos abusos praticados contra os mais frágeis: pessoas com deficiência, crianças, mulheres e minorias tudo isto está a piorar bastante, tendências securitárias e o apelo à segurança está alienado à liberdade e, portanto, nós, os juristas, estamos com trabalho imenso, pois os desafios são brutais.

O senhor vislumbra uma solução para o caso dos refugiados europeus?

Há um divórcio entre os povos europeus e os respectivos estados. Os europeus, se reparar bem, tem uma atitude de grande abertura,



tirando as pequenas franjas de nacionalistas e pessoas com ideias radicais, os europeus normalmente são favoráveis a uma acolhida imediata dos refugiados até abrir as fronteiras e recebê-los por que é gente que está a fugir de muito trauma, muita perseguição e muita guerra. Os estados, no entanto, obedecendo a outros critérios e a outros interesses não estão a responder como os povos queriam. Há, portanto, esta dissintonia entre o comportamento do governo e aquilo que são os povos. Mas eu creio que os povos acabarão por vencer.

E como o senhor avalia a transnacionalidade das transgressões aos direitos humanos por meio da internet, especialmente com as redes sociais?

O primeiro problema aí é o uso da tecnologia internet como meio de comunicação. Nós não temos ainda hoje ciência suficiente para entendermos os distúrbios antropológicos que a internet está a causar. Uma comunicação sem mediação. Nós não estamos a saber comunicar diretamente com as pessoas. A internet, o celular, tudo isso colocou problemas imensos no trabalho. Os trabalhadores estão mais vulneráveis porque estão constantemente sendo chamados através do celular e o meio tecnológico da internet

piorou tudo que diz respeito à proteção, no tocante à privacidade da vida, a intimidade, a exposição pública, etc.. O segundo ponto é transgressão, o crime, que ocorre nesse meio. Alguns países se deixaram influenciar muito pela parte econômica da internet. Então a internet em vez de estar controlada politicamente, está a ser controlada pelas empresas. As empresas são necessárias, mas não podem estar desreguladas. Estamos a assistir um lucro, um dinheiro levado para a internet ser intromissiva nos direitos das pessoas.

O atual momento exige uma atuação mais forte do Poder Judiciário ou, ainda, o Judiciário consegue responder às demandas?

O Poder Judiciário não está conseguindo acompanhar porque recai sobre o Judiciário muita coisa que não é da conta. Acontece que o Judiciário é um poder do Estado e o Estado está fragilizado. Hoje assistimos a uma diminuição dos poderes do Estado. A globalização nos trouxe um liberalismo viral e por isso, ao retirar do Estado mecanismos financeiros e econômicos e outros, o Poder Judiciário, participando desse estado, acaba por estar o próprio fragilizado e dá aquela contradição entre o muito que se pede ao estado e ao judiciário e os poucos meios que os tem para atuar.



Em edição especial, Caminhos da Justiça reúne servidores e magistrados de 2º grau

O auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins recebeu o projeto Caminhos da Justiça em edição especial para magistrados e servidores do 2º Grau participarem da ação, que levou a Presidência do TJ a percorrer todas as 42 comarcas do Tocantins.

Como resultado do projeto, o diretor geral do TJ, Francisco Cardoso, ao apresentar um balanço, informou que foram recebidas 180 demandas e propostas de soluções das comarcas visitadas e que já estão sendo avaliadas pela Presidência. O diretor ainda falou sobre as obras de infraestrutura que já estão em desenvolvimento.

“A gente se sensibiliza e dá a atenção merecida quando conhecemos de perto as necessidades”, disse. “Víamos situações difíceis e da comarca mesmo já tomávamos providências dando retorno rápido”, relatou.

O presidente do Tribunal de Justiça, Ronaldo Eurípedes, reforçou que a mesma unidade pregada nas 42 comarcas deve ser refletida também no 2º Grau. “Precisamos eliminar alguns gargalos e só conseguiremos se seguirmos a proposta da unidade. Não adianta mais separar Câmara Cível da Criminal. Não podemos mais ficar ilhados, temos que conhecer o nosso Judiciário”, afirmou.

O 2º Grau também teve a oportunidade de conhecer em detalhes os números do Judiciário, que foram repassados pelo coordenador de Gestão Estratégica do TJ, José Paiva. “Somos uma equipe, cada um com o seu papel, precisamos contribuir com o Poder Judiciário”, reforçou o coordenador.

O presidente ainda lembrou a todos sobre o empenho do Judiciário na redução da taxa de congestionamento. “Precisamos melhorar nossos índices e isso implica em julgar mais, baixar mais processos e, principalmente, reduzir a taxa de congestionamento”.

O Caminhos da Justiça no Tribunal foi acompanhado pelos desembargadores Eurípedes Lamounier, corregedor geral da Justiça, Jacqueline Adorno e Marco Villas Boas, e pelos juízes auxiliares da Presidência, Esmar Custódio Vêncio Filho e Roniclay Alves de Moraes, e pela diretora do Foro de Araguaína, juíza Julianne Freire Marques.

“As minhas palavras são de agradecimento, pois fiz parte do primeiro concurso e quando juiz de 1º Grau eu também aspirava essa visita da Presidência do TJ. Eu quero conchamar a todos os servidores que se capacitem para ajudar os juízes a proferirem sentenças e assim baixarmos o número de processos”, disse o corregedor geral.

O desembargador Marco Villas Boas também elogiou. “Quero parabenizar toda a equipe, principalmente na área de planejamento estratégico, pois tudo gira em torno de gestão. O caminho não é só para levar para um determinado ponto, mas o caminho é transformador”. A juíza Julianne, representando o 1º Grau, afirmou: “com certeza essa ida a cada uma das comarcas foi um fator motivacional a todos nós”.

Três comissões foram formadas para apresentarem demandas e sugerirem soluções. As mesmas serão compostas por chefes de gabinete, secretários das câmaras e servidores administrativos.

TJTO publica edital para remoção na 1ª Instância

Uma das principais reivindicações de servidores durante a passagem do projeto Caminhos da Justiça nas comarcas, o edital do Concurso de Remoção por Antiguidade, para servidores de 1ª Instância, está publicado na edição do dia 29 de outubro do Diário da Justiça. O último concurso similar ocorreu em 2008.

Conforme o edital Nº 101 assinado pelo presidente, desembargador Ronaldo Eurípedes, as inscrições serão realizadas no prazo de 10 dias corridos a partir do dia 3 de novembro - primeiro dia útil ao da publicação do edital no Diário da Justiça-, e serão feitas em formulário próprio no site do TJTO.

Poderá se inscrever o servidor efetivo ou estabilizado dos cargos de Escrivão Judicial, Oficial de Justiça Avaliador e Contador/Distribuidor (nível superior) e Técnico Judiciário (Atendente Judiciário, Escrevente ou Porteiro dos Auditórios/Depositário, de nível médio).

Não poderá se inscrever o servidor que tiver sofrido penalidade disciplinar (advertência no último

ano ou de suspensão nos últimos dois anos) e também se tiver anotação de faltas injustificadas em seu dossiê. Quem estiver em licença saúde (antes da abertura até o término das inscrições) ou estiver em licença ou afastamento remunerado ou não pelo Poder Judiciário nos últimos 12 meses anteriores à abertura do processo seletivo não poderá se inscrever.

Também está impedido de participar quem estiver cedido para outros órgãos ou poderes e que tiver sido removido nos últimos 12 meses por qualquer das modalidades previstas na Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 ou na Resolução TJ-TO nº 04/2014.

A Diretoria de Gestão de Pessoas (Digepe) analisará esses critérios para declarar o servidor habilitado ou não. A relação dos habilitados será divulgada pela Presidência em edital publicado no Diário da Justiça. Os candidatos serão classificados de acordo com a opção e o número de vagas ofertadas. O tempo de serviço para esta remoção será apurado em dias corridos, contados até a data de abertura do edital e será apurado pela Digepe.

CONFIRA AS VAGAS DISPONÍVEIS:

ATENDENTE JUDICIÁRIO

Colinas (1) - Gurupi (1) - Porto Nacional (1)

CONTADOR DISTRIBUIDOR

Araguacema (1) - Peixe (1) - Palmas (1)

ESCREVENTE

Novo Acordo (1) - Ananás (4) - Itaguatins (1) - Natividade (1) - Araguaína (1) - Arraias (1) - Colinas (1) - Dianópolis (2) - Guará (2) - Palmas (4) - Paraíso (1) - Taguatinga (1) - Tocantinópolis (1)

ESCRIVÃO JUDICIAL

Goiatins (2) - Wanderlândia (1) - Cristalândia (1) - Filadélfia (1) - Itaguatins (1) - Miranorte (1) - Araguaína (1) - Arraias (1) - Colinas (1) - Guará (1) - Gurupi (1) - Palmas (2) - Pedro Afonso (1) - Porto Nacional (1) - Tocantinópolis (2)

OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

Goiatins (1) - Alvorada (1) - Ananás (1) - Araguaçu (1) - Filadélfia (1) - Paranã (1) - Araguaína (1) - Miracema do Tocantins (1) - Tocantinópolis (1) - Paranã (1) - Peixe (1) - Araguatins (1) - Colinas (1).

ESPECIAL

Cálculos judiciais mais ágeis



O secretário da Cojun, Valdemar Silva, afirma que o jurisdicionado receberá um serviço melhor e mais rápido, sem perda de prazo, principalmente na fase de execução das sentenças



Resolução N° 32, aprovada pelo Tribunal Pleno em sessão no dia 1° de outubro dá início à transformação na forma de distribuição dos processos que precisam de cálculos judiciais ao criar a Contadoria Judicial Unificada (Cojun).

Vinculada à Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça (TJTO), a Cojun é um “departamento virtual” localizado no TJTO reunindo 34 contadorias e passará a distribuir os processos entre os contadores, como explica o secretário da Cojun, Valdemar Silva. “Antes os processos eram distribuídos para os contadores de cada comarca, gerando um grande acúmulo, principalmente nas maiores, como Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional. Com a unificação, esses processos foram redistribuídos para contadores que tinham menos movimentação em suas comarcas, distribuindo de forma equitativa a força de trabalho.”

O diretor Judiciário do TJTO, Francisco de Assis Sobrinho, defende que a mudança “proporcionará uma evolução na velocidade da tramitação dos processos de primeiro grau com relação aos trabalhos de contadoria”. Ele explica que após a criação da Cojun agora, todo

processo em tramitação no Poder Judiciário do Tocantins que requeira cálculos judiciais, deve ser já remetido virtualmente pelos juízes à contadoria unificada para distribuição igualitária entre os contadores.

A iniciativa faz parte do Plano de Eficiência do Poder Judiciário lançado pelo Tribunal de Justiça do Tocantins para melhorar a produtividade e outros índices que impactam o Poder Judiciário

1ª INSTÂNCIA

A Cojun não alcança a segunda instância. Segundo o diretor judiciário, o objetivo do departamento é dividir de forma igual o trabalho dos servidores contadores de primeiro grau. Sua criação se deve à constatação da diferença de processos tramitando entre as comarcas e ao número de contadores atuantes. “Há casos de comarcas com 10 processos para cálculos e outras comarcas com mais de mil por mês”, compara.

Na comarca da capital, por exemplo, estima-se que tramitam mais de 1,8 mil processos represados para cálculo e apenas quatro contadores concursados atuando, dos quais dois são efetivos, um cedido pelo TJTO, e outro responsável pelas certidões.

DISTRIBUIÇÃO

De acordo com Resolução, a Cojun reunirá as contadorias em ordem aritmética, de modo a permitir que a contadoria posterior substitua a anterior nos casos de impedimento, suspeição ou quaisquer outros afastamentos do respectivo contador ou servidor.

A distribuição dos processos entre os contadores ocorrerá em qualquer dia e hora, será de forma livre e randômica e, segundo a resolução, cada contador receberá o mesmo quantitativo de processos na distribuição, sendo automaticamente compensado nas eventuais redistribuições que a legislação permitir.

Os atos relativos à distribuição serão fiscalizados pela Comissão de Distribuição e Coordenação do Tribunal de Justiça. A comissão também decidirá eventuais dúvidas sobre distribuições ou redistribuições.

Para auxiliar os contadores, o TJTO publicou a Instrução Normativa N° 5, de 27 de outubro, que regulamenta a Resolução da Cojun, e define critérios e procedimentos para apuração em liquidação de sentença na fase executória, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

Contadorias unificadas

1ª CONTADORIA (ALVORADA)
OLMERINDA RODRIGUES DA SILVA

2ª CONTADORIA (ANANÁS)
KATIA MARIA ANGELO DE SOUSA

3ª CONTADORIA (ARAGUAÇU)
MARILDA ROSA LEAL LIMA

4ª CONTADORIA (ARAGUAÍNA)
LUCIANA FLAVIA DE ASSIS

5ª CONTADORIA (ARAGUATINS)
ARTHUR EMILIO GALDINO DE SOUSA

6ª CONTADORIA (ARRAIAS)
LUCIENE ARAUJO MADUREIRA

7ª CONTADORIA (AUGUSTINÓPOLIS)
JOÃO SARAIVA BRUNES

8ª CONTADORIA (COLINAS DO TOCANTINS)
MARIA DA GLORIA FRAZÃO BRANDÃO

9ª CONTADORIA (COLMÉIA)
SANDRA LAURINDA LOPES

10ª CONTADORIA (CRISTALÂNDIA)
EVA ALEXANDRE PEREIRA

11ª CONTADORIA (DIANÓPOLIS)
ESTEFANIA CAVALARI CAVALCANTI LOPES

12ª CONTADORIA (FIGUEIRÓPOLIS)
FRANCIELMA COELHO DE AGUIAR

13ª CONTADORIA (FILADÉLFIA)
MARINEIDA OLIVEIRA DE SOUSA WALKER

14ª CONTADORIA (FORMOSO DO ARAGUAIA)
SANDRA MARIA RIBEIRO DOS SANTOS

15ª CONTADORIA (GOIATINS)
JOSE CARLOS PEREIRA COSTA

16ª CONTADORIA (GURUPI)
ADILTON PEREIRA DOS SANTOS

17ª CONTADORIA (ITAGUATINS)
CHARLES BRITO NERES

18ª CONTADORIA (MIRACEMA DO TOCANTINS)
ELICE TRANQUEIRA SILVA

19ª CONTADORIA (MIRANORTE)
MARCIA ANDREA CAMPELO GALVÃO

20ª CONTADORIA (NATIVIDADE)
ELIANE BARBOSA PINTO

21ª CONTADORIA (NOVO ACORDO)
JAMISSON SILVA SANTOS

22ª CONTADORIA (PALMAS)
CLEYJANE MOURA DA CUNHA

23ª CONTADORIA (PALMAS)
MARIENE FREIRE DA SILVA BARBOSA CARVALHO

24ª CONTADORIA (PALMAS)
THIAGO GOMES VIEIRA

25ª CONTADORIA (PALMEIRÓPOLIS)
CLEIDE BARBOSA NERES

26ª CONTADORIA (PARAÍSO DO TOCANTINS)
JOSE HERIOVALDO QUEIROZ SANTOS

27ª CONTADORIA (PARANÁ)
WAINER DE MATOS

28ª CONTADORIA (PEDRO AFONSO)
DEBORA DE BRITO RIBEIRO

29ª CONTADORIA (PIUM)
SHEILA BARROS MORENO

30ª CONTADORIA (PONTE ALTA)
EVILSON DIAS PIMENTA

31ª CONTADORIA (PORTO NACIONAL)
NIELY TALLES TAVARES DE SÁ

32ª CONTADORIA (TAGATINGA)
ERENILDA MARIA REIS

33ª CONTADORIA (TOCANTINÓPOLIS)
MARCELO ADRIANO RODRIGUES

34ª CONTADORIA (XAMBIOÁ)
LENIN PEREIRA GOMES

TJTO recebe denúncia contra prefeito

O Pleno do Tribunal de Justiça do Tocantins abriu, na sessão do dia 5 de novembro, uma ação penal contra Jair Luiz Montes, prefeito de Muricilândia, município a 442 quilômetros de Palmas, norte do Estado. Por unanimidade, os desembargadores receberam a denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da Justiça, no final de 2013.

A denúncia acusa o prefeito de ter realizado despesas no exercício de 2009 que ocasionaram déficit financeiro e orçamentário na gestão dos recursos do município no total de R\$ 1.256.859,88. O déficit ocorre quando a receita arrecadada é inferior ao montante de despesas empenhadas ou executadas e a conduta, segundo a denúncia, pode ser caracterizada como crime de responsabilidade previsto no Artigo 1º (inciso V) do Decreto Lei nº 201/67.

Em sua defesa prévia ao pedir que o Pleno rejeitasse a denúncia, o prefeito negou ter praticado qualquer crime à frente da Prefeitura porque a Câmara Municipal aprovou as contas de 2009 contrariando o parecer do Tribunal de Contas do Estado. Alegou ainda que não ocorrera déficit orçamentário e financeiro, mas apenas erros de lançamentos contábeis realizados no sistema de prestação de contas.

O Pleno seguiu o voto do relator, o juiz Nelson Coelho Filho, que substituiu o desembargador Moura Filho, em licença médica, e entendeu que a denúncia contém os elementos necessários para ser aceita. As questões de mérito serão apreciadas durante a fase de instrução da ação penal.

Ouvidoria Judiciária é divulgada em entrevista no rádio e lança projeto que a aproxima de estudantes

A Ouvidoria judiciária do Tocantins, desembargadora Ângela Prudente, divulgou as atribuições do órgão em entrevista concedida à Rádio CBN Tocantins. A magistrada informou que cabe à Ouvidoria não só apurar, como primeira imagem que as pessoas têm do órgão, mas também orientar, receber sugestões, esclarecer dúvidas, receber reclamações, críticas, elogios e transmitir informações, “tudo isso visando colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário”.

No programa CBN Justiça, comandado por Dídimo Heleno, a magistrada esclareceu aos ouvintes os vários modos de acessar a Ouvidoria e falou sobre as inovações já implantadas e em implantação para atender o usuário.

“O objetivo da Ouvidoria”, disse a desembargadora, “é aprimorar cada vez mais nossos serviços, dando oportunidade de acessibilidade a informações do Poder Judiciário e estabelecer um canal direto de comunicação com nossos jurisdicionados e com todo cidadão brasileiro”.

A desembargadora falou do projeto A Ouvidoria vai à escola, que foi lançado recentemente no Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia, em Palmas. “Estamos procurando a disseminação do papel da Ouvidoria entre os jovens”, disse a magistrada, “e vamos levar o projeto também às universidades. Com isso estaremos contribuindo não só na formação do profissional, mas também como jovens cidadãos”.

Outra inovação, inclusive apresentada e elogiada no último

encontro do Colégio de Ouvidores, em Gramado (RS), é instalação de pontos de comunicação, através de totens computadorizados, em todas as sedes de comarcas do estado. O projeto do Tocantins é o primeiro em nível de Brasil. Uma pesquisa de satisfação também foi lançada pela Ouvidoria Judiciária do Tocantins, para aferir o grau de satisfação do usuário.

PROJETO

Dezenas de alunos, professores e servidores do Centro de Ensino Médio Santa Rita de Cássia, situado no Jardim Aurení I, em Palmas, assistiram à palestra de abertura do projeto Ouvidoria Judiciária vai à Escola, proferida pela desembargadora Ângela Prudente, ouvidora judiciária, no final de outubro. A atividade deu início à parte prática do projeto que busca aproximar a comunidade escolar da Justiça.

A magistrada destacou que a Ouvidoria Judiciária trabalha para a acessibilidade de todos à Justiça, “principalmente de nossos jovens, que representam o futuro. Trabalhamos pela transparência. Acredito que essa ferramenta vai trazer muitos benefícios, não só para a sociedade, mas, principalmente, para o Judiciário, que visa a melhoria na prestação jurisdicional”.

SERVIÇO

A Ouvidoria Judiciária é aberta a qualquer cidadão e funciona pelos telefones 0800 6444 334 ou (63) 3218 4412, pelo site www.tjto.jus.br/ouvidoria ou e-mail ouvidoria@tjto.jus.br, e ainda pessoalmente ou por carta ao Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, S/Nº, Palmas – TO, CEP: 77015-007.

Conselho dos TJs publica Carta do Rio de Janeiro



O 105º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, no Rio de Janeiro, aprovou a Carta do Rio de Janeiro com o posicionamento do colegiado sobre sete pontos que afetam o desempenho da magistratura e agridem a independência do Poder Judiciário.

Entre os pontos elencados no documento o Conselho expressou “veemente discordância” às propostas de alteração na composição dos Tribunais Eleitorais que tramitam no Congresso Nacional, Tribunal Superior Eleitoral e Conselho Nacional de Justiça. Os desembargadores consideram estas propostas, que incluem a participação de juizes federais na 1ª instância da Justiça Eleitoral, antagônicas ao interesse público. “A Justiça Eleitoral brasileira, no seu modelo de composição atual, apresenta exemplar desempenho, internacionalmente reconhecido, que deve ser preservado”, diz o documento.

O colegiado também conclama o Congresso Nacional a rejeitar a Proposta de Emenda Constitucional 62/2015 “por ferir o princípio federativo e agredir a independência e autonomia do Poder Judiciário”. Entre outras deliberações, o

colegiado quer incentivar os magistrados estaduais a priorizar, por todos os meios possíveis, os processos dos chamados “crimes do colarinho branco” e exigir que a União promova o ressarcimento do trabalho da Justiça Estadual supletivamente à Justiça Federal referentes às execuções fiscais de interesse da União e ações previdenciárias.

Durante o evento, os presidentes dos TJs debateram a criação de um Conselho da Justiça Estadual, a ser reconhecido constitucionalmente, que teria como principal atribuição solucionar questões no âmbito dos tribunais estaduais e zelar pela sua autonomia administrativa e financeira.

Para o presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargador Ronaldo Eurípedes, o encontro serviu para mostrar a necessidade de consolidar o protagonismo do Judiciário. “Evidencia o Judiciário como protagonista do pacto federativo, mais do que questão da judicialização que lhe é constitucional, é preciso protagonizar esse momento da vida brasileira, levando para o Judiciário as grandes demandas do país, porque a sociedade brasileira acredita nisto”.

Servidor tem semana de atividades comemorativas



As comemorações da Semana do Servidor no Poder Judiciário do Tocantins contaram com uma programação versátil e diversificada para homenagear o comprometimento de cada um dos atores nos avanços alcançados pelo Tribunal de Justiça, conforme destacou o presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes, durante a abertura da programação.

“Na semana do Servidor, além de reconhecer a cumplicidade de cada um nessa luta, em nome desse reconhecimento, quero convidá-los para que, juntos, possamos repensar a sociedade brasileira”, disse.

A abertura da Semana do Servidor do Poder Judiciário do Tocantins, transmitida via satélite para todas as comarcas, por meio da Esmat, foi marcada pela apresentação de novos produtos da Comunicação Social: o vídeo institucional com conteúdo que mostra um pouco da história, dos desafios, das conquistas e a evolução até chegarmos ao marco histórico sendo o único tribunal de justiça do país totalmente eletrônico; a nova intranet como visual mais atraente em sintonia com a identidade visual do Tribunal de Justiça e o concurso para capa da agenda do TJTO. O evento de abertura também contou

com stand up comedy com o grupo Comédia ao Quadrado e sorteio de vários presentes, que contemplou servidores de todo o estado.

A programação da Semana do Servidor do Poder Judiciário incluiu, no Fórum de Palmas, uma missa em Ação de Graças pelo Dia do Servidor Público, apresentação musical do Projeto Concerto Didático e a palestra “O que você precisa saber sobre a sua visão” com o oftalmologista Juliano Perfeito, no Tribunal de Justiça.

IMAGEM

A programação da Semana do Servidor também contou com a palestra “Sua imagem, sua marca” com a consultora de moda Kassandra Valduga, no auditório do TJTO, um happy hour ao som do cantor Matheus Mancine, além de atendimento pelos profissionais do Espaço Saúde, no prédio do TJTO, na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), na Corregedoria Geral da Justiça e no Fórum de Palmas, onde os servidores tiveram sessões de ginástica laboral, massagem, profissionais aplicando teste de glicemia, verificação de pressão arterial e ministrando minipalestras sobre prevenção de doenças, entre outras.

10ª Semana Nacional da Conciliação busca superar números de soluções homologadas no Tocantins

O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em parceria com o Conselho Nacional da Justiça (CNJ), promove de 23 e 27/11 as audiências da 10ª edição da Semana Nacional da Conciliação. Criada pelo CNJ para disseminar a cultura da paz e do diálogo, a Semana Nacional é um esforço concentrado da Justiça para resolver o maior número possível de ações judiciais por meio da conciliação.

Realizadas desde 2006, as semanas nacionais já resultaram em 1,25 milhão de acordos, superando R\$ 7 bilhões em valores homologados. No Tocantins foram realizadas no ano passado 2.862 audiências em 25 comarcas durante a Semana Nacional da Conciliação, que resultaram em 1.208 acordos gerando R\$ 4 milhões e 847 mil em valores homologados.

Para auxiliar na realização da Semana em Palmas, 126 pessoas se inscreveram para o curso de colaboradores e conciliadores voluntários, a ser realizado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), de 16 a 20 de novembro de 2015.

Os selecionados foram divulgados em edital assinado pelo diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), desembargador Marco Villas Boas, listando 126 colaboradores e conciliadores voluntários selecionados para atuarem em Palmas. Todos eles deverão participar do curso de Formação de Conciliadores, entre 16 e 20 de novembro, no Tribunal do Júri da Comarca de Palmas.

“O grande objetivo da Semana Nacional é a conscientização. Não

podemos imaginar que, em uma semana, vamos resolver todos os problemas do Judiciário, como o acúmulo de processos ou a demora dos processos, mas queremos mostrar à população que existe alternativa consensual dentro do Judiciário”, explica o coordenador do Comitê Gestor do Movimento pela Conciliação do CNJ, conselheiro Emmanoel Campelo.

A coordenadora da Semana Nacional da Conciliação no Tocantins, que também é coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) no estado, juíza Umbelina Lopes Pereira, acredita que a iniciativa será exitosa, “como já aconteceu em anos anteriores”.

CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL

Avançando cada vez na política da conciliação, os coordenadores dos Centros Judiciários de Soluções de Conflitos (Cejusc’s) do Poder Judiciário tocantinense, localizados em Palmas, Araguaína e Gurupi, e atendendo o que preconiza o novo Código de Processo Civil, procuram estimular a conciliação pré-processual. A primeira audiência foi marcada pelo Cejusc de Palmas para o dia 24 de novembro de 2015, às 8h30.

“A intenção é desjudicializar”, disse a juíza Umbelina Lopes Pereira, coordenadora do Nupemec e do Cejusc de Araguaína, “pois, com isso, teremos mais disponibilidade para julgar os processos em andamento e dar baixa no estoque”. O TJTO disponibilizou, através do sistema e-Proc, nova ferramenta para atender as demandas pré-processuais, dando mais dinamismo ao atendimento de situações em que não existem processos.

Tribunal do Júri condena acusados de assassinato

Sebastião Rafael Nogueira, Paulo Vicente Nogueira e Aline Pereira de Oliveira foram condenados a 18, 15 anos e seis meses e 12 anos de reclusão, respectivamente, pelo assassinato e ocultação do cadáver de Cláudia Alves dos Santos. Aline é prima e filha adotiva da vítima. A pena foi estabelecida pelo juiz Gil Corrêa, da 1ª Vara Criminal de Palmas ao final do julgamento do Tribunal do Júri, na madrugada de quarta-feira, 21 de outubro.

Segundo a denúncia, na data de 13 de dezembro de 2011, os irmãos Sebastião e Paulo Nogueira, em concordância com Aline, entraram de forma dissimulada na residência de Cláudia, onde cometeram o crime. Os dois esconderam-se no banheiro enquanto Aline atraiu Cláudia para a sala, onde foi dopada e asfixiada até a morte. Após o crime, os irmãos amarraram os braços de Cláudia para trás e colocaram o corpo no banco traseiro de um veículo, jogando-o em uma fazenda no alto da serra, na rodovia que liga Palmas a Aparecida do Rio Negro. O crime só foi descoberto porque Aline resolveu denunciar Sebastião, seu namorado à época do crime, em janeiro de 2013.

Segundo o processo, a ré Aline perdera os pais ainda pequena e após o falecimento da avó materna, com quem morava, passou a morar com a vítima que a teria explorado sexualmente dos 13 aos 18 anos, além de ter se recusado a transferir para o nome da então adolescente a herança dos pais. Paulo, conforme o processo, teve como motivação as ameaças da vítima de que lhe iria entregar para a polícia apontando o seu envolvimento com drogas, sendo também o responsável pela adesão do irmão, sem motivação alguma.

Nos palcos da Justiça



De um lado, a contabilidade; do outro, o teatro. No palco da vida, aos 18 anos Valdeir Santana deixou a cidade natal de Tocantínia e mudou-se para Palmas em busca de um futuro melhor. Desde 1997 na Capital, o contabilista garantiu uma vaga nos quadros do Tribunal de Justiça no primeiro concurso do órgão e, desde então, vem atuando na função de auxiliar judiciário.

O primeiro ato foi no setor de licitação e compras, seguido pela Estatística, onde ficou por três anos, até ganhar um papel na Divisão de Arrecadação, na Diretoria

Financeira. Atualmente, atua no cargo de Chefe de Divisão dos Fundos Especiais. "O tribunal é uma extensão da família da gente pela convivência e o ambiente gostoso e agradável de trabalhar", ressalta o servidor, ator nas horas vagas.

Diretor presidente da companhia de teatro Art´Sacra, Santana já emprestou seu talento ao Tribunal de Justiça por diversas vezes e, mesmo que de forma improvisada, ainda continua apresentando mini esquetes para entreter os colegas de trabalho. "De vez em quando a gente brinca um pouco para descontrair; tem o personagem do velho que faço

muito, apenas mudando um pouco a voz", conta.

Oficialmente, servidor ator já apresentou fragmentos da tradicional peça Paixão de Cristo aos servidores do TJ, além de atos para o Dia dos Pais e sobre o nascimento de Cristo, durante as festas de fim de ano. "O teatro é algo que me preenche e é uma maneira de me expressar", afirma.

Com a atuação como hobby, além de um trabalho voluntário e social, Valdeir Santana tem no TJ uma sólida carreira que já completa 16 anos. Um trabalho que leva bastante

a sério, e que busca interpretar com maestria. "É uma área bem técnica e específica, uma área em que gosto muito de atuar; principalmente no que diz respeito à arrecadação, onde a gente quer buscar, quer arrecadar, para atender as demandas do judiciário, que aumentam a cada dia", ressalta.

Casado com a vendedora Fabiana, Valdeir Santana é pai de Nykolas, de dois anos, e aguarda ansioso para fechar o ano de 2015 com o mais novo membro da família aninhado nos braços. O pequeno Samir está previsto para nascer neste mês de dezembro.

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça

Des. RONALDO EURÍPEDES (Presidente)
Des. LUIZ GADOTTI (Vice-presidente)
Des. EURÍPEDES LAMOUNIER (Corregedor geral)
Des.ª. MAYSA VENDRAMINI ROSAL (Vice-corregedora geral)
Des.ª. ÂNGELA PRUDENTE (Ouvidora Judiciária)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Diretor da Esmat)
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Des.ª. JACQUELINE ADORNO
Des. HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO
Des.ª. ETELVINA MARIA SAMPAIO FELIPE
Des. JOÃO RIGO GUIMARÃES
Juíza Convocada
Juíza CÉLIA REGINA RÉGIS

Juízes Auxiliares da Presidência

Juiz ESMAR CUSTÓDIO VÊNCIO FILHO
Juiz RONICLAY ALVES DE MORAIS

Chefe de Gabinete da Presidência

GIZELLA MAGALHÃES BEZERRA

Diretorias do Tribunal de Justiça

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO
Diretor Geral

CARLOS HENRIQUE DRUMOND SOARES MARTINS
Diretor Administrativo

MARISTELA ALVES REZENDE
Diretora Financeira

VANUSA BASTOS
Diretora do Centro de Comunicação Social

MARCO AURÉLIO GIRALDE
Diretor de Tecnologia da Informação

FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO
Diretor Judiciário

JULIANA ALENCAR WOLNEY CAVALCANTE AIRES
Diretora de Gestão de Pessoas

JOÃO CARLOS SARRI JUNIOR
Diretor de Infraestrutura e Obras

SIDNEY ARAUJO SOUSA
Controlador Interno

Diretoria do Centro de Comunicação Social
Fone: (63) 3218-4437
E-mail: tjtoascom@gmail.com
imprensa@tjto.jus.br

O Judiciário

LAILTON COSTA
Redação e Edição

LUIZ PIRES
KÉZIA REIS
PAULA BITTENCOURT
Textos

RONDINELLI RIBEIRO
Fotografia

IGOR CAETANO MATUOCA
Direção de Arte, Projeto Gráfico e Editoração

ANDRÉ TAVARES
Infográfico

ABELSON RIBEIRO
Publicidade

MARA ROBERTA DE SOUZA
Revisão

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Palácio Rio Tocantins
Praça dos Girassóis, s/n - Palmas-TO - 77015-007

Fone: (63) 3218-4300

www.tjto.jus.br

@tjtocantins

TJTOcantins

Edição: 006/2015

Tiragem: 500 exemplares



SEMANA NACIONAL
DA CONCILIAÇÃO

23 A 27 DE NOVEMBRO • 2015